



ANO XXV - Edição N. 09 - Junho de 2016 - Fundado em 30 de março de 1989 - Distribuição Gratuita

SINTSPREV-MS

Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social em MS



Ministério da Previdência Social é extinto e entidades repudiam



FOTO FENASPS



Entidades sindicais participaram de ato no Ministério do Trabalho - ex-Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) - em repúdio à extinção do Ministério da Previdência Social, e ida do INSS ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Página 02

SERVIDORES DO EX-INAMPS E SRTE JÁ PODEM SACAR ANUÊNIOS

Página 05

PRESIDENTE DA FUNASA RECEBE SINTSPREV/MS



Página 08

CÂMARA APROVA REAJUSTE DO FUNCIONALISMO

Página 03

SINDICATO REALIZA ASSEMBLEIAS



Páginas 05 e 08

VEM AÍ O XI CONSINSTSPREV/MS

Editorial

REMÉDIO PARA AS CRISES

Entra governo, sai governo, e o remédio para as crises é sempre o mesmo. O que muda é só a dose. O nome e o princípio ativo do remédio continuam iguais: limitar gastos com saúde, educação, com o funcionalismo público, reformar a Previdência, flexibilizar ou modernizar as leis trabalhistas, etc.

Ora, se o país realmente está em crise, e se a sociedade deve pagar a conta, justo seria que todas as classes sociais contribuíssem em escala proporcional a sua capacidade econômica. Ou seja, quem tem mais deveria pagar mais.

Mas as medidas anunciadas até agora pelo governo interino de Michel Temer, atingem unicamente as classes sociais mais pobres da população. Note-se, nenhuma das medidas anunciadas exige qualquer contribuição ou sacrifício das elites.

Por que o governo não apresenta medidas destinadas a taxaço de lucros dos bancos e das grandes empresas, à regulamentação de um imposto sobre grandes fortunas, aumento na taxaço de grandes heranças, redução dos juros?

A resposta é óbvia: trata-se de um governo que está a serviço das elites e dos interesses neoliberais, e absolutamente comprometido com a redução dos direitos sociais da população.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL É EXTINTO

Por meio da publicação da Medida Provisória (MP) 726/2016, de 12 de maio de 2016, do Presidente interino, Michel Temer, transferiu o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que mantém o pagamento de R\$ 32 milhões a aposentados e pensionistas, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Na mesma MP, o governo transferiu a Previc, o Conselho de Recursos e a DATAPREV para o Ministério da Fazenda. O objetivo dessas mudanças é deixar a Reforma da Previdência, que teve a palavra "Social" retirada do seu nome oficial, nas mãos de Henrique Meirelles.

MINISTÉRIO DOS POBRES

Como se vê, Temer transferiu a parte "pobre" da Previdência Social, ou seja, o atendimento a aposentados e pensionistas do INSS para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS),

enquanto a chamada parte "boa" (Previc, Dataprev, CRPS, etc) foi transferida para o Ministério da Fazenda, cujas atividades são incompatíveis com as necessidades dos aposentados e pensionistas.

Ou seja, o governo transferiu a parte arrecadadora da Previdência para o 'Ministério dos Ricos' (Fazenda) e, criou o 'Ministério dos Pobres', juntando aposentados e pensionistas com assentados rurais e beneficiados do Bolsa Família num único Ministério.

Em outras palavras, trata-se de uma mudança que deixa muito clara a posição do governo de priorização do atendimento dos interesses do capital financeiro em detrimento da proteção social dos trabalhadores.



SERVIDORES E USUÁRIOS SÃO OS ÚNICOS PREJUDICADOS

Os servidores do INSS estão tal qual bolinha de pingue-pongue: jogados de um lado para o outro e tomando pancada de todos os lados!

Até outubro/2015, pertenciam ao Ministério da Previdência Social. Veio então a junção com o Ministério do Trabalho. Agora, com o governo Temer, os servidores passaram para o quadro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Imagine a confusão, a insegurança e o tumulto em que se transformou a vida funcional dos servidores. Que estrutura organizativa seguir? A quem se dirigir para resolver seus problemas? E os servidores que já estão aposentados e os pensionistas, em qual Ministério ficarão?

Some-se a isso tudo a falta de estímulo profissional decorrente da política salarial, da falta de um plano de carreira descente, condições de trabalho. Enfim, tem que ser persistente e teimoso para continuar trabalhando...

E os usuários, como ficam no meio dessa bagunça? A qual órgão recorrer? Muda o Ministério, mudam os procedimentos, os formulários, os responsáveis... Enfim, são tantas dificuldades e transtornos que qualquer pessoa perde a paciência e se revolta.

E tudo isso estoura no servidor, pois é ele quem atende os usuários e é obrigado a ouvir os insultos e o desabafo do povo contra as injustiças do sistema implantado pelo governo.

SINTSPREV-MS

Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social em Mato Grosso do Sul.

Rua Salim Maluf nº69 - Bairro Bandeirante
CEP 79006-450 - Campo Grande-MS

(67) 3028-1057

WWW.SINTSPREV-MS.ORG.BR

GOVERNO ANUNCIA PROPOSTA PARA LIMITAR GASTOS PÚBLICOS

O presidente interino, Michel Temer, e sua equipe econômica, anunciaram em entrevista, no dia 24 de maio/2016, diversas propostas de mudanças destinadas, segundo eles, a conter o crescimento com gastos públicos.

O Ministro interino da Planejamento, Dyogo Oliveira, disse durante o anúncio que os gastos com o funcionalismo público tem aumentado, em média, quase 6% acima da inflação, nos últimos anos.

A proposta do governo limita o crescimento anual de despesas à inflação do ano anterior. Em outras palavras, a despesa total ficará congelada em termos reais. A avaliação dos principais economistas do país é que a proposta do governo Michel Temer forçará mudanças radicais na gestão da máquina pública, em especial nos programas sociais.

FIM DA 'POUPANÇA' DO PRÉ-SAL

Temer anunciou, ainda, que pre-

tende acabar com o "Fundo Soberano", criado por Lula em 2008, com o propósito de garantir uma poupança contra crises, financiar empresas brasileiras fora do país. Segundo Michel Temer, a utilização do Fundo, que conta atualmente com cerca de R\$ 2,4 bilhões, visa reduzir o endividamento público.

LIMITES COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Conforme o Ministro da Fazenda Interino, Henrique Meirelles, limitar os gastos com educação e saúde é uma "parte fundamental e estrutural" da política econômica do governo Michel Temer.

Ele estimou que, com a adoção desse limite máximo, haverá nos próximos três anos uma queda de 1,5% a 2% das despesas públicas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

A Lei hoje exige que os governos apliquem um percentual mínimo de sua receita em educação e saúde.

PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA SERÁ APRESENTADA EM JUNHO

O Governo, pretende encaminhar ao Congresso Nacional até o final de junho/2016, proposta para nova Reforma da Previdência que só não afetará quem já está aposentado ou já completou os requisitos para requerer. O governo cogita até mesmo alterar as regras de transição para quem já está perto de se aposentar. Também está prevista a desvinculação dos benefícios previdenciários e assistenciais do salário-mínimo.

A estratégia do presidente interino, Michel Temer, é enviar logo a reforma ao Congresso, mas para evitar prejuízos políticos para os partidos da base governista, a aprovação das medidas somente deverá ocorrer após as eleições municipais de 2016.

Em entrevista no dia 18/5/2016, o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que: "Uma das questões mais profundas e complexas que precisam ser analisadas é a que caracteriza o direito adquirido e o que é meramente a expectativa do direito, baseada em normas que serão discutidas no devido tempo".

QUEM ESTÁ ELABORANDO A PROPOSTA

A proposta de Reforma está sendo elaborada pelo economista Marcelo Caetano, que participou da reforma da Previdência no governo de Fernando Henrique, sendo um dos autores da proposta que instituiu o "Fator Previdenciário", que passou a ser utilizado para reduzir o valor da aposentadoria.

CÂMARA APROVA REAJUSTE DO FUNCIONALISMO

A Câmara Federal aprovou na noite do dia 01/6/2016, diversos projetos de reajustes salariais para servidores dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e para a Procuradoria Geral da República, além de militares.

A maioria dos projetos aprovados se referem a acordos feitos no ano passado, após negociações entre as categorias e a equipe econômica da presidente Dilma Rousseff. As propostas seguem agora para confirmação no Senado.

SERVIDORES DO EXECUTIVO

Para servidores do Executivo federal, foi aprovado reajuste de 10,8%, parcelado em duas vezes, sendo: 5,5% em agosto/2016 e 5% em janeiro/2017. O projeto também estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadoria e pensões nos meses de janeiro de 2017, janeiro de 2018 e janeiro de 2019 (cerca de 1/3 a cada ano) - até atingir o total da média de pontos nos últimos 60 meses que antecederem a aposentadoria.

SALÁRIO DE MINISTROS DO STF E PGR

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) terão reajuste de 16,38%, passando a receber um salário base de R\$ 39.293,38. O mesmo reajuste foi aprovado também para o procurador-geral da República e para o defensor-geral da União, equiparando a remuneração deles à de ministros do Supremo, com efeito cascata para procuradores federais e defensores. Já os Militares, terão reajuste de 25,5%, parcelado em 4 anos, sendo: 5,5% em 2016; 6,59% em 2017; 6,72% em 2018 e 6,28% em 2019.

ENCONTRO NACIONAL DE SERVIDORES DO MTE

Servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 17 estados participaram nos dias 18 e 19/04/2016, em Brasília-DF, de um Encontro Nacional, organizado pelas entidades sindicais para discutir os principais problemas específicos.

Os servidores da Superintendência do MTPs, elegeram o servidor Paulo Henrique da Cruz Lima, lotado na sede da SRTE/MS, em Campo Grande, para representá-los como Delegado do Sintsprev/MS no Encontro.

ASSUNTOS DISCUTIDOS

Os principais assuntos discutidos foram: a luta por uma gratificação nos moldes daquela concedida à fiscalização; isonomia salarial com o Seguro Social; redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução salarial; plano de saúde da Geap; reestruturação da carreira.



Durante o evento os servidores também discutiram a respeito do projeto de Lei Complementar, conhecido por "PLP 257/16", constituído por um conjunto de medidas que penaliza os servidores públicos, permitindo congelamento de salários, demissão voluntária de servidores, fim dos concursos público, além de autorizar a terceirização para atividade fim.

'O BOM FILHO À CASA TORNA'

Comprovando o dito popular de que colhe-se aquilo que se planta, muitas pessoas que haviam se desfiliado do Sintsprev/MS estão retornando para o nosso Sindicato, pois estão observando que as coisas mudaram para melhor.

Somente nos últimos três (3) meses, cinquenta e seis (56) servidores(as) voltaram a se filiar no Sintsprev/MS. Sendo: 21 do Ministério da Saúde (SVS e SESAI), 19 da Funasa; 10 do MTE e 06 do INSS.

É exatamente o retorno dessas pessoas que nos dá força, estímulo e sustentação para continuar o trabalho sério que estamos fazendo. Quem cresce e se fortalece com tudo isso é o nosso Sindicato.

E para valorizar seus filiados(as), o nosso Sindicato sorteará em outubro/2016 R\$ 5.000,00 em dinheiro, em homenagem ao dia do Servidor Público.



O servidor da Funasa, Gregório A. Corrêa (a esquerda) entregando a sua ficha de filiação ao diretor do Sintsprev/MS, Gaspar Hickmann

Vale a pena filiar-se ao Sintsprev/MS: o Sindicato oficial da categoria.

Vem pro Sintsprev/MS você também! Vem!!!

BONS VENTOS ESTÃO DE VOLTA AO SINTSPREV/MS

Quando assumimos a direção do nosso Sindicato, em julho/2015, iniciamos um trabalho sério, fundado na transparência e na austeridade e disciplina administrativa / financeira. Com base em critérios impessoais e de moralidade administrativa, cortamos gastos e reduzimos despesas, e conseguimos equilibrar as contas do Sindicato.

Passamos a prestar contas de nossos atos, por meio do site e também no Jornal do Sintsprev/MS, de forma que hoje a categoria sabe o que acontece no Sindicato, inclusive quanto é arrecadado e como e onde é gasto o dinheiro da categoria.

Após todos esses meses de dedicação e trabalho árduo, finalmente começamos a colher os frutos do que plantamos. Além da obtenção Carta Sindical e do equilíbrio financeiro, alguns processos judiciais importantes começaram a se definir favoravelmente aos filiados.

É o caso da liberação para pagamento da GDASST, em abril, para um grupo de aposentados da FUNASA, do pagamento dos Aquênios para o pessoal do ex-INAMPS e MTE, para o mês de junho. Outra notícia boa é quanto ao processo dos 28% do servidores do ex-INAMPS, que finalmente entrou em fase elaboração de cálculos.

Enfim, os bons fluídos e os bons ares finalmente voltaram a soprar para Sintsprev/MS.



HOLERITES VOLTARÃO A SER DISPONIBILIZADOS PELOS BANCOS

Em reunião com representantes da FENASPS, realizada no dia 27/4/2016, o Diretor Interino do Departamento de Gestão de Sistemas de Pessoal (vinculado à SRT/MPOG), Carlos Augusto da Silva, informou que o governo está efetuando convênio com os bancos para retirada de contracheques como era feito anteriormente.

A estimativa é que em aproximadamente três (3) meses, o acesso aos contracheques junto ao sistema bancário esteja disponível. Os bancos a serem conveniados são: Banco do Brasil; Bancoob/Sicoob; Banrisul; Bradesco, Caixa Econômica Federal; HSBC; Itaú; Santander e Sicredi.

O representante do MPOG informou ainda que, tão logo esteja solucionada a questão da liberação dos contracheques via banco, a mesma será divulgada no site do SIGEPE.

A direção do Sintsprev/MS, que vinha reivindicando o retorno do envio dos holerites, acredita que embora ainda não seja o ideal, essa decisão do governo já reduzirá significativamente as dificuldades que os servidores, em especial aposentados e pensionistas, vêm passando desde o cancelamento do envio dos contracheques via Correios.

Fonte: Fenasp

SINDICATO REALIZA ASSEMBLEIAS



Durante o mês de abril, a direção do Sintsprev/MS desenvolveu uma verdadeira maratona de assembleias com servidores do Ministério da Saúde e da Funasa, no interior do estado. Ao todo, foram mais de 5 mil km percorridos, realizando-se reuniões em 28 municípios para discutir a respeito da Campanha Salarial de 2015, iniciar as discussões relativas a Campanha Salarial de 2017, elegendo Delegados Sindicais de Base, repassando

informações de interesse geral da categoria e divulgando a realização do Congresso Estadual do Sintsprev/MS, que deverá ser realizado em novembro / 2016.



A direção do Sintsprev/MS sente-se honrada com o apoio recebido e agradece a todos que participaram e também a todas as pessoas que nos auxiliaram para viabilizar a realização das reuniões.

Em setembro pretendemos voltar ao interior, desta vez já para que a categoria escolha dos servidores(as) que participarão do nosso Congresso. Sua participação é muito importante.

SERVIDORES DO EX-INAMPS E SRTE JÁ PODEM SACAR ANUÊNIOS

Finalmente os servidores do Ex-INAMPS e do Ministério do Trabalho, integrantes do processo judicial nº 0004041-67.1999.4.03.6000, estão recebendo os valores relativos aos Anuênios. O processo foi ajuizado pelo Sintsprev/MS no ano de 1999.

No mês de abril/2016, a Justiça Federal de MS expediu 393 ofícios, sendo que, dentre estes, nove (9) requisições sofreram atraso devido à necessidade de retificações. Para os demais, ou seja, para a maioria, os valores já estão disponíveis para saque. Para tanto, é necessário procurar o setor de atendimento de qualquer agência

da Caixa Econômica Federal - CEF, portando CPF, RG e comprovante de residência, e informar que pretende receber valor referente a depósito judicial, feito pela Justiça Federal, por meio de RPV.

A relação das pessoas que fazem parte do processo já está disponível no site do Sintsprev/MS (www.sintsprev.ms.org.br), no quadro do "Jurídico". Já as informações a respeito dos valores atualizados podem ser consultadas através de acesso via internet do site <http://www.trf3.jus.br/>, clicando sobre o ícone "Requisições de Pagamento" e em seguida digitando o número do CPF.

VEM AÍ O XI CONSINTSPREV/MS

O XI Congresso Estadual do Sintsprev/MS será realizado no período de 11 a 14/11/2016, em Campo Grande - MS. Coloque na sua agenda e programe-se!

Na próxima edição do Jornal do Sintsprev/MS, em agosto, estaremos divulgando informações, inclusive quanto a eleição dos Delgados que participarão do Congresso.

Economista desmascara crise da Previdência e aponta 'fraude contábil'

Em entrevista publicada pelo Jornal Correio do Brasil, no último de 21/5/2016, a professora e pesquisadora do Instituto de Economia, da UFRJ, Denise Gentil, comprova com argumentos insofismáveis, a existência de uma gigantesca farsa contábil que encobre a realidade da Previdência Social no Brasil.

A economista destaca que os cálculos divulgado pelo governo, levam em consideração apenas a receita que incide sobre a folha de pagamento dos trabalhadores, e o valor dos benefícios pagos.

Segundo ela, "desse jeito, o resultado realmente será negativo", mas a Constituição Federal estabelece a existência de outras fontes de receita que não são computadas na hora de apresentar os dados da Previdência, como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), a receita de concursos de prognósticos (loterias) e sobre a importação de bens e serviços do exterior.

OUTRAS RECEITAS

Há ainda outras fontes de receita que também não são levadas em consideração na hora de apresentar os cálculos, com é o caso da contribuição sobre obras de construção civil, sobre o recebimento de precatórios judiciais, sobre a receita resultante de leilões de



bens apreendidos por contrabando, tráfico de drogas e entorpecentes, e outros.

ORÇAMENTO DA UNIÃO

Além disso, podem ser utilizados recursos também de dotações orçamentárias da União. Ironicamente tem ocorrido o inverso. O governo tem utilizado recursos do orçamento da Seguridade para cobrir o orçamento da União. Denise afirme categoricamente que "... esse déficit não existe, contabilmente é uma farsa ou, no mínimo, um erro de interpretação dos dispositivos constitucionais!

VISÃO DOMINANTE

Segundo ela, a visão dominante do debate dos dias de hoje, entretanto, frequentemente isola a Previdência do conjunto das políticas sociais, reduzindo-a a um problema fiscal localizado cujo suposto déficit desestabiliza o orçamento geral.

Na opinião da economista: "Há uma vertente, a mais veiculada na mídia, de interpretação desses dados que ignora a existência de um orçamento da Seguridade Social e trata o orçamento público como uma equação que envolve apenas receita, despesa e superávit

primário. Para essa corrente de pensamento interessa apenas o resultado fiscal, isto é, o quanto foi economizado para pagar despesas financeiras com juros e amortização da dívida pública."

FUNÇÃO SOCIAL DA PREVIDÊNCIA

Não se pode discutir Reforma da Previdência sem ter em conta que a Constituição de 1988, estabeleceu um conjunto de políticas sociais destinadas a transformar e construir uma sociedade menos desigual, comprometida com a justiça social. Ou seja, a sociedade decidiu que o Estado deveria amparar as pessoas na velhice, no desemprego, na doença, na invalidez por acidente de trabalho e na maternidade.

Fonte: <http://www.correiodobrasil.com.br> - matéria publicada em 21/05/2016.



MINISTRO DA SAÚDE AFIRMA QUE CONSTITUIÇÃO TEM DIREITOS DEMAIS

O Deputado Federal Ricardo de Barros (PP-PR), nomeado Ministro da Saúde do governo Temer, em entrevista concedida no dia 17/5/2016, ao Jornal "Folha de São Paulo" defendeu a revisão do tamanho do SUS, alegando que o Brasil não tem como sustentar os direitos que a Constituição garante aos cidadãos, como é o caso do acesso universal à saúde.

Na opinião do Ministro, os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal tornam o Brasil ingovernável "Porque só tem direitos lá, não tem deveres. Nós não vamos conseguir sustentar o nível de direitos que a Constituição determina", disse o Ministro.

Na entrevista o Ministro afirmou que: "Vamos ter que repactuar, como aconteceu na Grécia, que cortou as aposentadorias, e em outros países que tiveram que repactuar as obrigações do Estado porque ele não tinha mais capacidade de sustentá-las".

O Ministro afirmou também que o fornecimento de medicamentos de uso contínuo precisa ser reavaliado. Segundo



ele "...temos fraudes na compra do remédio a preço subsidiado, o cidadão pega num posto, pega no outro, tem cartão em duas ou três cidades e depois vai vender o remédio."

O ministro, que recebeu cerca de R\$ 3,1 milhões de reais, de planos de saúde, para sua última campanha a deputado, disse ainda que "Quanto mais gente puder ter planos, melhor, porque vai ter atendimento patrocinado por eles mesmos, o que alivia o custo do governo em sustentar essa questão."

Como se vê, colocaram a raposa para cuidar do galinheiro!

MINISTRO APOIA COBRANÇA DE MENSALIDADES POR UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Em reportagem no site UOL, no dia 18/5/2016, o novo Ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM) disse que apoiará a cobrança de mensalidades pelas universidades públicas.

A medida, segundo ele, dará fôlego ao caixa das universidades em decorrência da queda na arrecadação de impostos. A ideia, segundo o Ministro, é permitir o oferecimento de vagas não gratuitas nas Universidades públicas.

Em outubro/2015, Mendonça Filho, foi um dos 318 deputados federais que



votaram pela aprovação desta mesma medida, prevista na PEC (Proposta de Emenda Constitucional). O projeto aguarda a votação de segundo turno para ser encaminhado ao Senado.

FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS ESTÁ NA PAUTA DO GOVERNO TEMER

Enquanto todas as atenções se voltam para as mudanças que o governo pretende fazer na Previdência, na Saúde e na Educação, discretamente a equipe do presidente interino Michel Temer vai colocando em prática outra medida polêmica: a reforma trabalhista.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira (PTB-RS), está acertando a flexibilização da legislação trabalhista com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Filho.

O Ministro explicou que o objetivo da reforma trabalhista é flexibilizar a legislação com o propósito de reduzir riscos e custos para as empresas, que são muito elevados no país.

O diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre Furlan, lembrou que a reforma trabalhista e a regulamentação da terceirização fazem parte da agenda de compromissos de Temer.

Para ele, o debate em torno desses temas não pode ser ideológico, disse, e sim levar em conta o aumento da produtividade: Simplesmente proteger o trabalhador, esquecendo a sustentabilidade das empresas, a competitividade e a produtividade no ambiente de trabalho, você não conseguirá avançar para uma relação de trabalho mais moderna", afirmou Furlan.

AS PROPOSTAS

Pela proposta, FGTS, férias, previdência social, 13º salário, licença-maternidade, carga horária, entre outros, continuarão existindo, mas serão flexibilizados. Ou seja, as partes (empregadores e sindicatos da categoria) poderão negociar o parcelamento desses direitos.

Faz parte da proposta de "modernização" das relações de trabalho, ainda, a conclusão da votação do projeto conhecido por "PLP 257" que trata da terceirização, em tramitação pelo Congresso Nacional, autorizando a contratação de trabalhadores terceirizados nas chamadas atividades-fim das empresas, inclusive no serviço público, o que hoje não é permitido.

SERVIDORES DA FUNASA SE REVOLTAM COM PORTARIA



O Superintendente Estadual da Funasa, Sergio Roberto Castilho Vieira, editou Portaria (045/2016) obrigando os servidores de Mato Grosso do Sul a registrar o ponto eletrônico também nos horários de intervalo para o almoço.

Considerando que a referida Portaria conflita com a Portaria 572/2014, do Presidente da Funasa, que determina o registro do ponto apenas no início e no fim do expediente, o Sintsprev/MS solicitou ao Superintendente Estadual a revogação de seu ato, pois além do flagrante conflito de competência com a Portaria do Presidente, esta implicava em ofensa à própria Constituição Federal, por instituir tratamento desigual e discriminatório entre servidores da mesma instituição.

Sergio Castilho, todavia, afirmou que não voltaria atrás em sua decisão e ainda disse que se dependesse dele, seriam instaladas câmeras filmadoras e catracas eletrônicas para controlar os servidores. O Superintendente sequer se dignou a responder o Abaixo-Assinado feito pelos servidores.

A postura intransigente do Superintendente Estadual revoltou os servidores, que em Assembleia realizada no dia 04/5/2016, decidiram então ignorar sua Portaria e continuar registrando o ponto apenas no início e no final do expediente, conforme determina a Portaria do Presidente da Funasa. Além disso, ficou decidido o ajuizamento de um Mandado de Segurança pelo Sintsprev/MS, com vista a revogação da citada Portaria.

PRESIDENTE RECEBE O SINTSPREV/MS

No dia 24/5/2016, o Sintsprev/MS e a CNTSS-CUT, foram recebidos pelo Presidente da Funasa, Márcio Endles Lima Vale, em Brasília-DF que se comprometeu a entrar em contato com o Superintendente Estadual, analisar a situação e dar um retorno para a diretoria do Sintsprev/MS sobre o assunto nos próximos dias.

Participaram da reunião o Presidente da CNTSS-CUT, Sandro Cesar, o diretor do Sintsprev/MS e da CNTSS, Élio Araújo Oliveira, além do Delegado Sindical de Base na SUEST/Funasa, Gregório Augusto Corrêa.

OUTRAS REIVINDICAÇÕES

Durante a reunião, o Sintsprev/MS também apresentou reivindicação pelo pagamento da GACEN, a todos(as) os(as) servidores(as) que ocupam os cargos especificados no artigo 54, da Lei n. 11.784/2008, independente da atividade que exerçam, pois no entendimento do Sindicato, essa gratificação tem natureza remuneratória.

O Sintsprev/MS também reivindicou a realização dos exames médicos periódicos, que há cerca de 10 anos não são realizados e o pagamento do adicional de insalubridade ou de periculosidade aos servidores que conduzem veículos oficiais, pois estes estão expostos a riscos diários de acidentes de trânsito, além de se exporem a ambientes insalubres, entre outros.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ABRIL/2016

Saldo bancário anterior (31/03/2016)	9.255,08
Receita Mensalidades Filiações	55.113,58
Rendimento Aplicação Financeira	45,54
Total despesas pagas no mês	64.356,74
Saldo bancário em 30/04/2016	57,46
DESPESAS PAGAS	
	RS
Ajuda de Custo - viagens diretores - Assembléias	1.200,00
Ajuda de Custo - viagens Brasília-DF	440,00
Alarme prédio	543,00
Assessoria de Imprensa - jornalista - mês 03/2016	1.500,00
Combustível - Diretores	250,00
Combustível - viagens Assembléias	1.551,35
Contador - mês 03/2016	1.250,00
CUT - mês 03 e 04/2016	9.314,10
Coroa fúnebre - falecimento	250,00
Custas processuais, cópias e Cartório	1.165,05
Delegacia Sindical Aquidauana	745,29
Delegacia Sindical Dourados	6.275,01
Delegacia Sindical Corumbá	650,00
Delegacia Sindical Tres Lagoas	1.264,75
Delegacia Sindical de Rio Verde	2.000,00
Diarista - limpeza	250,00
Faixas Informativas	1.500,00
FGTS - mês 03 e 04/2016	1.164,30
Fundo Reserva Congresso Estadual	5.500,00
Fundo Reserva Campanha Salarial/2017	2.500,00
Funcionários - mês 03 E 04/2016	9.882,00
Gráfica - Jornal - mês 04/2016	2.380,00
Hospedagem - Pousada em Brasília-DF	420,00
INSS - mês 03 E 04/2016	5.221,70
Material Escritório	688,89
Material Limpeza, Higiene e de reuniões	624,17
Manutenção prédio (água, luz, etc)	1.454,80
Passagens Aéreas - Brasília	2.939,24
Pedágios e Estacionamento	149,00
Reunião Diretoria (DCE)	724,28
Recol. Contrib. e Imp. Sindical Funcionários - mês 03/2016	301,74
Taxas bancárias	56,70
Telefone fixo - mês 03/2016	201,37
TOTAL	64.356,74

PRESTAÇÃO DE CONTAS MAIO/2016

Saldo bancário anterior (30/04/2016)	57,46
Receita Mensalidades Filiações	55.044,20
Receita Honorários Ações Judiciais	2.035,00
Receita Aplicação Financeira	185,95
Total despesas pagas no mês	57.230,57
Saldo bancário em 31/05/2016	92,04
DESPESAS PAGAS	
Ajuda de Custo - viagens Brasília-DF	510,00
Assessoria de Imprensa - jornalista - mês 04/2016	1.500,00
Assessoria Jurídica - mês 04/2016	7.000,00
Bandeiras para manifestações do Sindicato	570,00
Combustível - Diretores e carro do sindicato	626,00
Contador - mês 04/2016	1.100,00
Congresso CNTSS-CUT	12.009,00
Conserto carro Sindicato - arrefecimento motor	350,00
Correios	1.027,00
Delegacia Sindical Aquidauana	1.064,52
Delegacia Sindical Dourados	6.111,73
Delegacia Sindical Corumbá	1.300,00
Delegacia Sindical Tres Lagoas	761,08
Diarista - limpeza	300,00
Controles Remotos Portão	150,00
Fundo Reserva Congresso Estadual	5.500,00
Fundo Reserva Campanha Salarial/2017	2.500,00
Manutenção prédio (água e luz)	642,03
Passagens Aéreas - Brasília	2.129,62
Estacionamento Aeroporto	40,00
Reunião Ampliada Diretoria (DCE)	2.662,90
Recol. Contrib. Sindical Funcionários - mês 04/2016	69,63
Taxas bancárias	56,70
Telefone fixo - mês 04/2016	199,95
Telefone celular - Tim - Quitação de dívida anterior	7.350,41
TOTAL	57.230,57